

A experiência do falso e a fake news: a potência da imaginação e a imaginação no poder¹ ***The experience of false and fake news: the power of imagination and imagination in power.***

André Arias Fogliano de Souza Cunha²

Resumo: *Este texto é uma proposta de leitura do fenômeno da fake news de um ponto de vista estritamente semiótico. Estudar a fake news do ponto de vista estrito da semiótica significa mapear o fenômeno em sua gênese signica, em sua semiose. Com isso quero entender como a experiência do falso que a fake news ativa é semioticamente possível, o que, em geral, é um tema pouco considerado nas principais análises disponíveis no Brasil. O objetivo do trabalho é, por um lado, apresentar o conceito de experiência do falso como imanente a qualquer semiose, por outro, desfazer as teses hegemônicas de que a fake news manipula as massas e de que é preciso confrontar as notícias falsas com verdade dos fatos da Imprensa. Para realizar esse exame, lanço mão da semiótica dos afetos de Espinosa, em especial suas teses a respeito do primeiro gênero do conhecimento, a imaginação, o conhecimento por signos.*

Palavras-Chave: 1. Experiência do falso 2. Fake news. 3. Semiótica espinosana.

Abstract: *This text is a proposal to read the fake news phenomenon from a strictly semiotic point of view. Studying fake news from the standpoint of semiotics only means grasping the phenomena in its genetical process, in its semiosis. Thus, I want to understand how the experience of the false activated by fake news is semiotically possible, subject which, in general, is not approached by the main analysis available in Brazil. My aim is to present the concept of the experience of the false as immanent to any semiosis. In order to carry out the proposal, I mobilize the semiotics of affects of Spinoza, particularly his thesis on the first genre of understanding, the imagination, the understanding by signs.*

Keywords: 1. Experience of false. 2. Fake news. 3. Semiotics of Spinoza.

*Their minds are confused with confusion.
With their problems have no solution.
Bob Marley.*

1. Introdução

Em face dos acontecimentos políticos dos últimos anos, o pensamento crítico tem sido confrontado por uma série de fenômenos inquietantes iluminados pelo nome de *fake news*, ou

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociabilidade do XXIX Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 a 25 de junho de 2020.

² Pós-doutorando no Center for Interdisciplinary Studies in Society and Culture da Concordia University (Montreal), PhD em Comunicação e Semiótica (PUC-SP), andre.fogli@gmail.com.

pós-verdade. O termo ganhou a espessura de um conceito com as eleições para a presidência da república dos Estados Unidos, no ano de 2016, e no plebiscito que sancionou a saída da Grã-Bretanha da União Europeia. No Brasil, o termo se popularizou definitivamente durante as eleições presidenciais de 2018. Ainda que essas datas possam ser questionadas, a ponto de ser possível argumentar que as *fake news* sempre existiram, e que o próprio termo que dá sentido a tudo que se entende por notícias falsas seja alvo de contendas variadas, fato é que a noção se fixou no debate público e serve para visibilizar a política de significação e de comunicação dominantes na sociedade contemporânea.

Este texto é uma proposta de leitura do fenômeno da *fake news*, ou melhor, da experiência do falso que a *fake news* efetiva, de um ponto de vista estritamente semiótico. Estudar a *fake news* do ponto de vista estrito da teoria geral do signo significa entendê-la em sua gênese sígnica, em sua semiose. Gostaria de frisar, insisto, que estou ciente das insuficiências que comporta o termo utilizado para caracterizar essa nova política de significação – *fake news* – e seus correlatos. Não obstante, utilizo *fake news* no decorrer do trabalho visto que é a noção que mais pegou.³ O recorte selecionado neste ensaio é, assim, um exame da gênese ou do processo do signo, da semiose da *fake news*. Com isso quero entender como a experiência do falso que a *fake news* ativa é semioticamente possível. A semiose da *fake news*, em particular, e da experiência do falso, em geral, são questões muito pouco consideradas nas principais análises disponíveis no Brasil.

Para examinar o problema da experiência do falso, lanço mão do que Rogério da Costa (2016) nomeia de semiótica dos afetos. Para Da Costa (2016), alguns filósofos contemporâneos, como é o caso de Deleuze (2011) e Vinciguerra (2016), procuraram sistematizar uma semiótica a partir da obra de Espinosa. Deleuze afirma categoricamente, por exemplo, em um dos seus últimos textos publicados em vida, que a *Ética*, obra magna de Espinosa, é um livro dos signos. A epistemologia de Espinosa, composta de três gêneros de conhecimento (imaginação, razão e intuição),⁴ não seria outra coisa que uma semiótica, ou seja,

³ No que tange uma conceituação pormenorizada das características, especificidades e genealogia do termo, ver Eugênio Bucci (2019). Esse exercício é válido, tendo em vista a política da criação do conceito, entretanto, não é, entretanto, a tarefa que proponho desenvolver neste artigo.

⁴ Os conceitos de imaginação, razão e intuição são objetos de contendas inesgotáveis em diversos domínios do pensamento. Apesar das restrições que se destinam aos termos, sobretudo ao conceito de razão, por um lado, e, por outro, considerando a multiplicidade semântica que os conceitos carregam, é bom frisar que, na linguagem espinosana, esses termos ganham um sentido pouco usual, são quase uma anomalia, para usar o nome de batismo que Antonio Negri deu a Espinosa. Nas palavras de Vinciguerra (2016, p. 7): “Enfatiza-se, frequentemente, que o

um modo de conhecer a natureza e seus encontros e mistura de corpos pelos signos ou imagens que os expressam a todo momento. Em sua leitura de Espinosa, Vinciguerra (2016), mais detalhadamente, diz que o primeiro gênero do conhecimento, o mais rudimentar deles, a imaginação, é o conhecimento por signos no sentido estrito. “Espinosa caracteriza o primeiro gênero do conhecimento (*opinio, memoria, imaginatio*) como um conhecimento constituído por signos: *cognitio ex signis*” (Vinciguerra, 2016, p. 10). Não há como penetrar o conhecimento racional das noções comuns ou a ciência intuitiva das singularidades sem passar necessariamente pelo conhecimento das e pelos signos e suas imagens que constituem a imaginação.

Se a imaginação aparece como o primeiro, o mais rudimentar, dos modos de conhecer a natureza da vida e seus encontros, é ao mesmo tempo o mais essencial deles. É a condição mesma do entendimento. Não se nasce racional ou intuitivo, como afirma Ana Luiza Stern (2016, p. 20), “nosso estado mais comum é a imaginação”. A imaginação é uma potência da natureza. Só pela e na imaginação que os seres existentes podem atingir um entendimento adequado de suas relações específicas, isto é, dos afetos particulares que os compõem – pois é disso que se trata, o entendimento para Espinosa é o conhecimento adequado da capacidade que cada coisa singular tem de afetar e ser afetado.

A imaginação é, todavia, um conhecimento parcial, confuso, inadequado. Cabe sublinhar que a epistemologia de Espinosa não é um modo de conhecer neutro. A epistemologia de Espinosa é uma política do pensamento. Os gêneros de conhecimento têm implicações políticas. Espinosa segue uma tradição da filosofia que se coloca a questão da obediência e da servidão. Para ele, é preciso entender qual a razão que leva os indivíduos “a combaterem pela servidão como se fosse pela salvação?” (Espinosa, 2014, p20). Sem moralizar o problema, Espinosa demonstra, na *Ética* (2009), como bem repara Stern, que a razão que leva à servidão e à obediência decorre de uma não compreensão da natureza da imaginação e dos afetos, posto que “é na imaginação que se constitui o campo político (...) A política está fundamentada na imaginação, e os afetos são seu substrato” (Stern, 2016, p. 22). O movimento da passagem do não-entendimento ao entendimento afirma-se na transição da imaginação à razão e à intuição. Não se trata de sair da imaginação, mas de trazê-la, como que pela mão, ao entendimento.

vocabulário da *Ética* é tudo menos original. Espinosa adotou a terminologia escolástica e cartesiana corrente em sua época. Contudo, os sentidos de seus termos desviam-se da tradição, às vezes radicalmente”.

Esse ponto é importante porque, se a política está fundamentada na imaginação, os poderes operam especificamente na imaginação para governar. Na medida em que a potência da imaginação é necessária para entendermos adequadamente as relações e os afetos que nos constituem, a imaginação no poder é o que leva à servidão e à tirania. Presos na imaginação teremos apenas uma ideia parcial e inadequada dos encontros que fazemos. O que leva os indivíduos ao desejo de servir, à obediência, é não poder realizar o movimento de passagem do primeiro gênero do conhecimento para o segundo gênero do conhecimento, é não ter a capacidade de entender adequadamente os afetos e as relações que os governam.

A *fake news* parece ser uma tecnologia de intervenção social que atua exclusivamente no primeiro gênero do conhecimento, na imaginação. No entanto, como se pode constatar pela experiência, em vez de agir para efetuar a passagem do não-entendimento ao entendimento, da imaginação ao conhecimento racional ou intuitivo, a *fake news* refreia e limita qualquer movimento que conduza ao conhecimento adequado do circuito dos afetos vigentes na sociedade. O que nos coloca um impasse político grave, visto que a lógica da *fake news* aparenta ser o novo imperativo comunicacional da governamentalidade que se desenha planetariamente, como bem apontou Giuliano Empoli, em *Engenheiros do caos* (2019).

O que torna tudo mais opaco é o fato de que, em geral, a bibliografia disponível no Brasil, como a de Bucci (2019), Ortellado (2018a; 2018b), Marcondes Filho (2019), Brum (2018), Dunker (2017), dentre outras, não se atenta ao problema semiótico, genético, mesmo ontológico, do acontecimento. Por outro lado, as proposições práticas, como as agências de checagem de fatos, tentam minimizar a propagação das notícias falsas e mesmo corrigir os seus conteúdos de maneira equivocada e ineficiente. Embora as agências de checagem tentem cumprir uma função de vigilância e de polícia do debate público, já é possível perceber, com o andar da carruagem, que a *fake news* está ganhando a batalha, de lavada. Parece-me que se seguirmos cuidadosamente o que Espinosa diz sobre a gênese dos signos o problema político-conceitual da *fake news* estará, ao menos, bem fundamentado e, uma vez entendido o problema, novas modalidades de intervenção podem ganhar corpo.

2. *Fake news*: um problema mal colocado

Começo com a questão da colocação do problema como um preambulo necessário. Guattari, Deleuze e Foucault insistiram que a formulação do problema é o ponto fundamental para se apoderar do sentido de um acontecimento. O problema deve ser colocado à nossa

maneira, caso contrário permanece preso nos termos propostos por quem quer dar um sentido outro à questão, “como se continuássemos escravos enquanto não dispusermos dos próprios problemas, de uma participação nos problemas, de um direito aos problemas, de uma gestão dos problemas (Deleuze, 1968, p. 153-154)”.⁵

No Brasil, não é errado afirmar que a *fake news*, desde pelo menos a campanha eleitoral de 2018, tornou-se uma das principais tecnologias de comunicação disponível para intervenção no circuito dos afetos da sociedade. Especificamente, durante o último pleito presidencial, a *fake news* deu o tom da construção e da disputa discursiva da campanha. Tanto pautou o debate quanto foi um dos elementos sem o qual o debate não aconteceria. Apesar de certo espanto à época com as consequências da proliferação desmesurada das notícias falsas, fato é que o que ocorreu no Brasil não foi caso isolado. Inúmeros são os episódios recentes no mundo nos quais a mobilização de *fake news* nas redes cibernéticas serviu para a gestão de afetos singulares e favoráveis à acumulação de força política por campos sociais específicos, em geral, de extrema direita (mas não só), como se pode verificar, de supremacia branca, colonialista, fascista, racista, sexista, classista, vide o que ocorreu nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, da Hungria, da Itália, no plebiscito do Brexit, dentre outros episódios que ainda pairam suspeitas, como bem mapeado por Empoli (2019).

Esse fenômeno é, em grande medida, uma novidade, que cabe ainda desembaraçar seus fios. Mas, em todo caso, a *fake news* começa a se consolidar, e a se sofisticar celeradamente, como *técnica de gestão da comunicação social*, técnica que faz parte de um sistema mais amplo de governo das condutas sociais para a qual ainda não há um repertório apropriado para descrevê-lo em pormenor. A despeito da real dificuldade em diagnosticar e limitar os efeitos da *fake news* no curso da campanha eleitoral brasileira, por exemplo, as instituições tradicionais de produção de discursos e de consensos, a Imprensa, o Estado, os Partidos, a Universidade, não se estruturam devidamente para lidar com o problema. Nenhum deles esteve ou está, ainda, à altura do desafio de estabelecer um sistema imunológico capaz de refrear a *fake news* e/ou

⁵ Foucault, sobre isso, por exemplo, afirma que: “É verdade que minha atitude não decorre dessa forma de crítica que, a pretexto de um exame metódico, recusaria todas as soluções, exceto uma, que seria a boa. Ela é de preferência da ordem da “problematização”: ou seja, da elaboração de um domínio de fatos, práticas e pensamentos que me parecem colocar problemas para a política” (Foucault, 2012, p. 228). Haveria toda uma política do problema a ser trabalhada em pensadores como Foucault, Guattari e Deleuze. Sobre isso, ver Lazzarato (2015). Do ponto de vista comunicacional, essa] tema é abordado pelo filósofo Cleber Lambert da Silva, em sua dissertação de mestrado intitulada *Comunicação imidiática: para colocar de vez o problema comunicacional* (2005).

reduzir suas consequências. Na realidade, essas instituições pareciam ter apostado suas fichas em um diagnóstico segundo o qual a eleição seria disputada e decidida dentro da racionalidade dos marcos forjados pela redemocratização, em que as grandes estruturas partidárias enraizadas pelo país e a lógica do marketing televisivo conduziriam, ainda uma vez, os rumos da política eleitoral. Só que não. As instituições tentaram, quando tentaram, refrear os efeitos de maneira totalmente errônea. O equívoco não decorre apenas dos procedimentos adotados para desmontar a *fake news*, mas, sobretudo, da *colocação do problema*. Sem colocar adequadamente o problema da gênese ou da semiose da *fake news* será difícil desenvolver um diagnóstico adequado e ações que possam alterar o processo.

Com isso quero rebater as análises correntes de que a eleição foi decidida por conta da manipulação das pessoas pelo uso de *fake news*. Essa tese é defendida, por exemplo, por Ciro Marcondes Filho (2019), no texto em que reivindica uma reescritura das teorias da comunicação. Cito: “Temos aí, então, um quadro que foi bem-sucedido no trabalho de manipulação das massas”. Não sei bem o que pensar quando um teórico define tanta gente assim de manipulável, sem explicar como a manipulação acontece de fato. Tenho dúvidas se no final das contas não passa de um jeito suave de chamar determinado grupo social de ignorante. Creio não ser proposital. No entanto, na pena de Marcondes Filho, essa massa manipulada tem gênero, classe e raça. Os manipuláveis são a classe média baixa, evangélica, periférica, além de serem, na maior parte, mulheres (ou seja, as mulheres (gênero) pobres (classe) e negras (raça)). Valeria perguntar: por qual razão alguns são manipuláveis e outros não? O que os difere? O que faz de uns mais e de outros menos manipulados? Tal afirmação não me parece ser diagnóstico, talvez preconceito. Por outro lado, não desconsidero o poder de acumulação primitiva da infraestrutura algorítmica dos grandes monopólios de comunicação digital, Facebook, Twitter, Youtube e, agora, WhatsApp, e da Imprensa tradicional de determinar o que circula ou não em suas redes tanto quanto a forma por meio da qual essa circulação acontece. Tampouco desconsidero as estratégias sensíveis efetivadas pelos Goebbels contemporâneos, Bannon e Mercer. Contudo, o argumento deste ensaio é de outra natureza. Nossa hipótese é a de que, do ponto de vista semiótico, o evento da *fake news* ainda carece de uma problematização adequada.

Acima disse que não entraria na polêmica da nomeação. No entanto, é preciso sublinhar um ponto específico que de certa forma pauta a argumentação que pretendo desmontar. O conceito deriva de uma oposição evidente entre notícias falsas e notícias verdadeiras. Eugênio

Bucci (2019) defende efusivamente que o papel da Imprensa é noticiar a verdade do fato. Para ele, o termo *fake news* é quase um oxímoro visto que uma notícia, por definição, não pode ser falsa. Para Bucci, a notícia, o produto da prática jornalística, é a busca da verdade do fato objetivo. Posicionando-se abertamente dentro da tradição do Iluminismo, especialmente do pensamento de Hanna Arendt, Bucci afirma que não existe sociedade democrática sem essa função exclusiva da Imprensa. A Imprensa é condição da sociedade democrática moderna. Em palavras mais diretas, Bucci sustenta que não pode existir capitalismo, não pode haver civilização moderna Ocidental, caso a Imprensa perca seu estatuto de *gate keeper* da verdade dos fatos, sobretudo dos fatos do poder político. Não por acaso, como atesta Ortellado e Bucci, é a Imprensa, justamente, e não a academia, a instituição que nomeou e publicizou o acontecimento com a noção de *fake news*, com a intenção, por demais óbvia, de opor a notícia falsa à notícia verdadeira por ela produzida.

A oposição entre verdadeiro e falso tem sido a principal linha de combate à notícia falsa. Essa oposição fundamenta e motiva, pelo menos até agora, os diagnósticos de pensadores como Bucci (2019), Brum (2018), Marcondes Filho (2019) e até mesmo de Dunker, bem como estrutura a principal arma de enfrentamento das notícias falsas até agora, as agências de checagem dos fatos. A oposição entre verdadeiro e falso autoriza e legitima a criação de agências de checagem, como é o caso, no Brasil, da Agência Lupa, primeira do tipo no país, criada pela Revista Piauí, o Truco, iniciativa da Agência Pública de Jornalismo Investigativo, do Aos Fatos, que é ligada a uma rede global de agências do gênero, além dos próprios departamentos de checagem da Folha de São Paulo e das Organizações Globo. Além dessas, já se configurou até mesmo uma entidade supranacional de agências de *fact checking* que trabalha para padronizar certos parâmetros comuns de checagem. Essas agências analisam se uma *fake news* é verdadeira, falsa, se é imprecisão, se é quase verdade, quase mentira e quetais. No entanto, essas análises têm pouca força para refrear ou destituir a experiência que se faz do falso como verdade, ou os efeitos de verdade das notícias falsas. Como se pode verificar amplamente, os efeitos das notícias falsas não são nem refreados nem destituídos pela confrontação com a verdade. Esse é o ponto. E, aqui, não é o caso de criticar o modo pelo qual as agências operam, mas de reconhecer que essa linha de pensamento não ataca o que me parece o fundamental, a saber, como a experiência do falso é possível.

3. A experiência do falso

A questão de fundo é a seguinte: a *fake news* é um caso particular de uma questão de cunho *ontoepistemológico* (ou seja, de uma política do pensamento) de longa travessia e que diz respeito ao mal entendimento de como os signos são gerados, em geral concebida por uma imagem do pensamento representacional. A *fake news* talvez seja a consagração dessa trajetória mal concebida, sua dobra mais recente.⁶ O dispositivo da notícia falsa é muito menos causa do que quer que seja, manipulação, enganação etc., do que efeito do tipo de imagem da comunicação social elaborada por um sistema de pensamento específico, que aspira à objetividade como condição da aferição do que é verdadeiro e do que é falso, como defende Bucci (2019), bem como da legitimidade e da autoridade da instituição que tornará público a distinção entre verdade e falsidade (Bruno; Roque, 2018). As respostas que, em geral, têm sido destinadas ao tratamento das notícias falsas, pelo menos até agora, jamais darão conta do problema, uma vez que operam dentro do mesmo paradigma semiológico e comunicacional do qual decorre o mal entendimento da natureza dos signos e das imagens.

A não compreensão da produção *signica* tem, não obstante, consequências políticas concretas. Não é à toa que a *fake news* vem de par com um movimento renovado de autoritarismo e de neofascismo em todo o mundo. Se for possível entender o modo como os signos e as imagens são produzidos e interpretados, acredito que a *fake news* aparecerá por si só como o que é de fato: ideias inadequadas, parciais, confusas, incompletas. Não se trata, assim, de julgá-las segundo algum parâmetro de verdade factual, ou moral, de bem e de mal, ou, ainda, como dizem Roque e Bruno (2018), com a lupa da objetividade científica, como insistem em fazer instituições como a Imprensa, a Universidade e os Partidos, mas de *entendê-las em seu processo genético*.

A experiência do falso que a *fake news* dissemina não perde nada de realidade se confrontado com a verdade do fato noticiado pela Imprensa e demais instituições. Como sustentam Bruno e Roque (2018): “Mostrar a falsidade da notícia pode ser uma estratégia política pouco efetiva, além de excessivamente defensiva”. O problema é precisamente esse. Desmentir a existência ou não de uma mamadeira de piroca ou de um kit gay a serem distribuídos em creches e escolas públicas de ensino fundamental, ou a existência ou não da União das Repúblicas Socialistas da América Latina (URSAL), ou se procede que o General

⁶ Cesarino (2019) parte da mesma tese de um esgotamento epistemológico e científico que inventou toda uma época, embora desenvolva seu ponto de vista sobre a *fake news* voltando-se para as obras da teoria cibernética. Ver o artigo: *Pós-verdade: uma explicação cibernética* (2019).

Mourão participou de seções de torturas na Ditadura, enfim, não deveria ser a preocupação principal (vale dizer que, nesse sentido específico, a *fake news* perde qualquer verniz ideológico, ainda que pese o fato de que a extrema-direita não tenha qualquer pudor em usar tal artifício, grande parcela da esquerda não se entrega assim tão facilmente, embora existe uma parte hegemônica da esquerda que defende, sem explicitar os detalhes, que as revoltas de 2013 tenham sido orquestradas pela C.I.A – claro, se milhões de pessoas têm disfunção cognitiva para crer em kit gay, como não seriam manipuláveis para ir as ruas derrubar um governo – não consigo ver diferença na lógica dessas abordagens).⁷

Não se trata, argumento, de desmentir o conteúdo de uma suposta notícia falsa, mas *de refrear a afirmação de um afeto*. A disputa política se estrutura menos na lógica de construção e de confrontação de discursos e de representações particulares do que na arregimentação de percepções e na gestão de afetos que convém ou não a determinado imaginário social (cf. Sodré, 2006). Nesse sentido, é pouco eficiente contrapor a notícia verdadeira   notícia falsa, ou, ainda, contrapor e medir ideologias e narrativas, pois o problema não reside nessa lógica, não necessariamente.

A experiência do falso não   subtraída pela verdade, não   retirada pela verdade do fato. A experiência do falso é verdadeira, e não desaparece quando confrontado com o verdadeiro enquanto verdadeiro. Espinosa formula esse problema de maneira sólida. Na proposi o 1 do livro IV da * tica*, cujo título   *Da servidão humana e da força dos afetos*, ele escreve: “Nada do que uma ideia falsa tem de positivo é suprimido pela presença do verdadeiro enquanto verdadeiro” (Espinosa, 2009 p. 159). O que é o falso, para Espinosa? Antes de mais nada, para ele, não existe o falso em si, ou seja, o falso não se dá e nem está dado na natureza. O falso não existe, não pode existir, na natureza, visto que o sistema ontológico de Espinosa expulsa da realidade da natureza toda negatividade. Não existe nada na natureza que seja falso, incompleto, imperfeito. A realidade da natureza   perfeita em si mesma e por si mesma.

⁷ Sobre isso, Cesarino (2019)   precisa: “Cabe notar que, sendo estruturais, essas tendências atravessam o espectro político, se insinuando também   esquerda, ainda que de forma bem menos central do que na nova direita: contesta es por vezes antagonísticas das bases da autoridade da ciência e do conhecimento acad mico; a reifica o do “lugar de fala” e da trajetória de vida como únicas bases legítimas para acessar o real; e o próprio princípio da auto declara o. Ambas as tendências ligam-se   ascensão da política de bases identitárias que, ao mesmo tempo em que é o grande antagonista da nova direita, também empresta a esta última alguns elementos de sua gramática fundamental”. Portanto, não se trata de falsa simetria – pela razão de que a esquerda hegemônica não rasga os limites do, digamos, aceitável – mas de que há, Cesarino (2019) ainda, um “espelhamento estrutural que se dá entre direita e esquerda uma lógica identitária de cont do oposto porém com formas em alguma medida compartilhadas” que organizam o debate público hoje no país.

Espinosa entende realidade e perfeição como sinônimos; expressam uma só e mesma substância absolutamente infinita: Deus, ou natureza. Para Espinosa, Deus é a natureza absolutamente infinita, um plano de univocidade imanente a tudo que existe e do qual tudo que existe deriva. Tudo que existe, todas as coisas singulares, é um desdobramento da necessidade do múltiplo simultâneo da natureza divina, são modificações dessa e nessa natureza, e, sendo assim, são por ela necessariamente determinados. Torna-se, na ontologia de Espinosa, logicamente incoerente ou absurda a existência do falso na natureza, nas coisas singulares que expressam a natureza divina imanente. Seria da ordem do absurdo ou do contrassenso dizer que de Deus ou que da natureza absolutamente múltipla e infinita se segue algo falso.

Em Espinosa, a existência do falso em Deus ou na natureza é, portanto, logicamente absurda. Dito isso, contudo, fazemos *a experiência do falso*. A experiência do falso é, paradoxalmente, verdadeira, produz efeitos de verdade. Como isso é possível? Um exemplo de Espinosa:

quando contemplamos o sol, imaginamos que está a uma distância aproximada de duzentos pés, no que nos enganamos, enquanto não soubermos qual é a distância verdadeira. Conhecida a distância, suprime-se, é verdade, o erro, mas não a imaginação (Espinosa, 2009, p. 160).

Percebemos o sol a duzentos pés do nosso corpo, embora ele esteja há anos-luz da Terra, “embora saibamos a verdadeira distância, continuaremos, entretanto, a imaginar que ele está perto de nós”. “Assim também”, Espinosa continua, “quando os raios do sol, ao incidirem sobre a superfície da água, são refletidos em direção aos nossos olhos, nós o imaginamos como se estivesse na água, embora saibamos qual é sua localização verdadeira” (Espinosa, 2009, p. 160). Mesmo que saibamos a verdade sobre a distância e a localização solar, continuaremos, sempre, percebendo o sol a duzentos pés de lonjura ou como se estivesse na água, pois “nada que uma ideia falsa tem de positivo é suprimido pela presença do verdadeiro enquanto verdadeiro” (Espinosa, 2009, p. 159). A ideia falsa é positiva, nesse sentido. A experiência do falso é verdadeira. “É falso que o sol esteja a duzentos pés, mas é verdadeiro que eu o vejo a duzentos pés” (Deleuze, 2002, p. 67). Embora tenhamos o *conhecimento* da lonjura verdadeira do sol, permanecemos com a *percepção* de que o sol está a duzentos pés de nosso corpo.

A explicação dessa experiência do falso reside no conceito de imaginação. Espinosa afirma: “conhecida a distância, suprime-se, é verdade, o erro, mas não a imaginação”. Erro e falso são, aqui, em alguma medida, sinônimos. Se o falso ou o erro é suprimido com o

conhecimento verdadeiro da distância do sol, a afecção primeira ou a imaginação, como quer Espinosa, não desaparece. Logo, a imaginação é o que torna a experiência do falso verdadeira, é sua condição de possibilidade.

Espinosa opera uma subversão da lógica da produção do conhecimento verdadeiro ou ainda da constituição de um regime de discurso que se pretende universal. O falso e o erro deixam de ser o contrário do conhecimento verdadeiro. O problema é deslocado. Essa afirmação deve ser aplicada no diagnóstico da *fake news*, como sustentam Bruno e Roque (2018) sobre o ocorrido nas eleições. Para elas, a proliferação da *fake news*, “o combate à desinformação e a disputa de posições não podem se contentar com a defesa de critérios de objetividade” (Bruno; Roque). Não é o conteúdo do verdadeiro, enquanto verdadeiro, sua objetividade, que destitui o falso, que deslegitima uma ideia ou uma notícia falsa, pois a percepção é real e verdadeira, a experiência do falso é percebida como verdadeira. Por isso insisto que tanto os exames que dialogam com a linhagem de Marcondes Filho ou as de Bucci quanto as agências de checagem, que, via de regra, se sustentam nesse tipo de raciocínio, permanecem dentro de um raio epistemológico comum, aquele que diz que o conhecimento verdadeiro é o mais objetivo e impessoal possível. Opor o falso e o verdadeiro para combater a *fake news* é insistir num problema mal formulado.

4. A potência da imaginação

O que é preciso entender é a gênese da experiência do falso, a gênese dessa semiose. Para isso, é fundamental entender o que é imaginação. Antes de avançar na explicação da imaginação, cabe desenvolver muito brevemente alguns elementos fundamentais do pensamento de Espinosa sobre a natureza ou a lógica dos afetos. Espinosa começa de um axioma muito simples. Tudo que existe na natureza, de fato, qualquer modo de existência, humano e extra-humano, enfim, todo corpo existente é um grau de potência absolutamente singular na natureza. Essa potência é o esforço – Espinosa chama esse esforço de *conatus* – que cada coisa singular faz para perseverar na existência. Esse esforço é determinado pela capacidade que toda coisa singular tem de afetar outros corpos e de ser afetado por outros corpos.

Afetar e ser afetado é um poder, no sentido de ser uma capacidade natural de qualquer modo existente. Toda coisa singular encontra ou se relaciona com outras coisas singulares, invariável, indistinta e inexoravelmente. É impossível não se encontrar ou não se relacionar

com outras coisas singulares, é inteiramente impossível não estar constantemente sendo afetado por outros corpos e afetando outros corpos. Os afetos são os efeitos produzidos nos encontros. Os corpos se encontram e se afetam de infinitas maneiras. Mas a semiose dos afetos opera segundo uma mecânica determinada. Ao se encontrarem, os corpos imprimem uns nos outros traços. Os traços que os corpos imprimem uns nos outros a cada encontro indicam duas coisas: 1) a presença do corpo exterior que o afeta; 2) o estado do corpo afetado.

Espinosa afirma também que tudo que acontece no corpo deve ser percebido pela mente. O afeto tem então dois polos, um físico, voltado à dimensão extensiva, que se afirma no corpo, e outro conceitual, voltado à dimensão pensante, que se afirma na mente. Vale notar que corpo e mente não são duas substâncias opostas, que coexistem em conflito. Elas são atributos gerais da natureza infinita, ora considerada sobre o atributo da extensão, ora sobre o atributo do pensamento. Mas corpo e mente são uma só e mesma coisa, dada a doutrina do paralelismo e da univocidade do ser (Deleuze, 2002). O que significa dizer que a ordem e a conexão das ideias na mente seguem a mesma a ordem e a conexão das ideias no corpo. Do ponto de vista da extensão, os afetos correspondem às afecções ou traços corporais que os corpos imprimem uns nos outros e, do ponto de vista do pensamento, às ideias dessas afecções em conexão na mente.

A relação entre afeto e signo se dá nesse ponto. O signo é a afecção, o traço que indica ou representa a presença do corpo exterior como presente ao corpo afetado. Isso do ponto de vista extensivo. Tendo em vista que a mente percebe tudo o que se passa no corpo, esse signo, traço ou afecção, gera uma ideia na mente – a mente é a ideia do corpo –, uma ideia-afecção, ou a imagem como Espinosa também a chama” (Da Costa, 2016, p. 222): “Chamaremos de imagens das coisas as afecções do corpo humano, cujas ideias nos representam os corpos exteriores como estando presentes” (Espinosa, 2009, p. 34).

O signo é para o corpo o que a imagem é para mente. A concatenação de signos e traços nos corpos corresponderá uma concatenação de imagens e ideias na mente. Quando a mente liga uma imagem ou uma ideia-afecção a uma outra imagem ou ideia-afecção diz-se que imagina. A imaginação é a potência natural da mente em conectar as imagens dos signos dos encontros como estando presentes. A imagem ou a ideia-afecção é a expressão na mente do signo deixado no corpo afetado pelo corpo exterior em ato. Nesse sentido, a imagem-afecção, além de indicar a presença do corpo exterior, indica, melhor ainda, gera uma interpretação na mente do estado ou da variação de estado do corpo afetado pelo corpo exterior; uma

interpretação da relação estabelecida. Por isso da Costa (2016, p. 223), seguindo Vinciguerra, afirma que o primeiro gênero de conhecimento, a imaginação, “pode ser perfeitamente compreendida como a teoria do signo em três termos: o objeto ou corpo exterior, o signo ou o traço, o interpretante ou a ideia-afecção (imagem)”.

Essa ideia-afecção ou imagem – o interpretante, segundo da Da Costa (2016) – gerada pelo signo do encontro com o corpo exterior indica o corpo exterior como estando presente em ato e diz algo do estado do corpo afetado por um corpo exterior. Todo encontro gera uma variação de estado dos corpos em afetação mútua. Um encontro é alegre se o grau de potência aumenta, quando passamos de um estado de realidade a um estado de realidade maior, quando nossa capacidade de afetar e ser afetado se amplia. Um encontro é triste se nosso grau de potência diminui, quando passamos de um estado de realidade a um estado de realidade menor, quando nossa capacidade de afetar e ser afetado é limitada. Um encontro também pode ser indiferente, ou fazer como que flutuemos entre a alegria e a tristeza (a flutuação é o estado mais comum). Da alegria deriva o amor, que é a alegria acompanhada da ideia de uma causa exterior, ou seja, o amor é nossa potência de agir ampliada acompanhada da ideia de um corpo ou um objeto exterior. Da tristeza deriva o ódio, que é a tristeza acompanhada da ideia de uma causa exterior, ou seja, o ódio é a potência de agir diminuída ou refreada acompanhada da ideia de um corpo ou objeto exterior. Por isso a imagem correspondente na mente à afecção deixada pelo encontro no corpo diz mais sobre a natureza de momento do corpo afetado que da natureza do corpo exterior. Como quer Da Costa (2016, p. 222): “A imagem, portanto, indica mais sobre a natureza de quem é afetado do que sobre o corpo exterior que o afeta”.

Essa questão é de suma importância pois indica a gênese do erro ou do falso. Espinosa (2009, p. 160) utiliza um exemplo para descrever esse processo:

Compreendemos claramente qual é a diferença entre, por exemplo, a ideia de Pedro, que constitui a essência da mente do próprio Pedro e a ideia desse mesmo Pedro que existe em outro homem, digamos, Paulo. A primeira, com efeito, explica diretamente a essência do corpo de Pedro... a segunda, entretanto, indica mais o estado do corpo de Paulo do que a natureza de Pedro, e assim, enquanto durar o estado do corpo de Paulo, sua mente considerará Pedro como lhe estando presente, mesmo que Pedro já não exista.

Nesse exemplo, Espinosa trabalha com conceitos específicos de sua ontogênese da mente. Contudo, o que quero reter da citação é o princípio de que as ideias-afecções, as imagens, representam os corpos exteriores como presentes em ato. De sorte que, insisto, as imagens

explicam menos a natureza do corpo exterior do que o estado do corpo afetado naquele encontro. Esta é a potência da imaginação, a saber, presentificar em ato a imagem do encontro e indicar algo o estado dos corpos em relação. Dado que mente e corpo são uma só e mesma coisa, toda vez que Paulo imaginar Pedro como estando presente em ato, Paulo será afetado pelo mesmo afeto de alegria ou de tristeza do primeiro encontro que teve com Pedro. A potência da imaginação é essa capacidade de presentificar o traço, rememorar o signo do encontro mesmo que o corpo exterior não mais exista em ato, bem como a capacidade de afirmar a variação qualitativa do afeto do encontro. A imaginação é um sistema de concatenação de imagens e signos muito específico, que articula o ordenamento e as conexões das ideias-afecções na mente com as imagens das sensações de alegria (e seus derivados) e de tristeza (e seus derivados) no corpo.

No entanto, essa mesma potência imaginativa é, paradoxalmente, causa das confusões e das ideias inadequadas. Como dissemos acima, a imaginação é o império das ideias inadequadas, confusas, parciais. Conforme Espinosa afirma na proposição 41 da parte II da *Ética*: “O primeiro gênero do conhecimento é a única causa da falsidade”, e conclui na demonstração: “pertencem ao conhecimento de primeiro gênero todas aquelas ideias que são inadequadas e confusas; e como consequência (pela prop. 35), esse conhecimento é a única causa da falsidade”. A proposição 35 mencionada sustenta que “a falsidade consiste na privação de conhecimento que as ideias inadequadas, ou seja, mutiladas e confusas, envolvem”. Isso não significa que a imaginação erra, ou é a causa da falsidade. A falsidade consiste na privação da ideia de que as imagens geradas na mente são um efeito, e não a causa, do modo como os corpos compõem os signos e as afecções dos encontros que fazem – é precisamente isso que as ideias inadequadas envolvem.

A imaginação é um conhecimento das imagens pelas imagens, um conhecimento dos efeitos sem as causas dos efeitos, um conhecimento do efeito do encontro (as ideias-afecções na mente) sem conexão com sua premissa (o corpo). “A imagem, nesse sentido, é uma ideia que não pode exprimir sua própria causa ... É por isso que Espinosa diz que a imagem, ou a ideia de afecção, é como uma consequência sem suas premissas” (Deleuze, 2009 p. 111). A imaginação não conhece seu processo genético, desconhece a natureza de sua própria semiose. Por essa razão, a imaginação é um conhecimento passivo, pois é produzido de fora por um outro corpo, por outros corpos, pelos encontros que fazemos incessante e inevitavelmente, cuja natureza intrínseca dos corpos, dos encontros e da interpretação afetiva gerada, ignoramos.

Nesse sentido, a gênese da experiência do falso, das ideias inadequadas, decorre do próprio funcionamento natural da imaginação, ou melhor, da privação da ideia adequada do funcionamento da imaginação. Não há assim, na semiótica espinosana, nenhuma manipulação da consciência das massas, muito menos espaço para uma análise moralizante ou transcendente da experiência do falso. A experiência do falso é resultado da privação da ideia da natureza da imaginação, intrínseco à semiose interpretativa dos encontros e da afetação incessante e inexorável que fazemos pelo simples fato de persistirmos na existência. A experiência do falso é, em Espinosa, resultado de um mal entendimento do funcionamento da imaginação, do modo como os corpos arregimentam, na mente, as imagens dos encontros que fazem com outros corpos. Cientes da semiose imaginativa do primeiro gênero do conhecimento seria refreada e limitada a circulação de determinadas ideias-afecções, que, por exemplo, são nomeadas atualmente de *fake news*. Seria necessária, de fato, e, nesse ponto concordamos com Marcondes Filho (2020), uma reescritura das teorias e experiências de comunicação social tendo como objetivo especular pragmaticamente sobre novas tecnologias, redes, algoritmos, fundamentadas em um princípio que favoreça a proliferação de bons encontros em detrimento de maus encontros, afetos alegres em detrimento de afetos tristes etc.

5. A imaginação no poder:

A experiência do falso, a privação do entendimento adequado da semiose imaginativa dos afetos, tem consequências políticas graves, que podem conduzir ao desejo de servir, à obediência, fazendo com que os indivíduos lutem por sua servidão como se fosse por sua liberdade. Como disse Ana Luiza Stern (2016), em sua leitura da constituição da tirania na obra de Espinosa, o campo da política está fundamentado na imaginação, e os afetos são o substrato desse processo. Para a filósofa, a privação do conhecimento adequado da potência da imaginação é a condição para o desejo de servir, para a obediência, e, conseqüentemente, para a instauração de governos tirânicos. A servidão ganha em Espinosa uma definição específica, a saber, a servidão é “impotência humana para regular e refrear os afetos” (Espinosa, 2009, p. 155). Na servidão, o indivíduo estará absolutamente submetido aos afetos dos encontros, ou seja, padecerá, no sentido de que não será causa senão parcial dos signos e imagens gerados em seu corpo afetado por um corpo exterior ao seu. Os signos e as imagens, as afecções e as ideias engendradas nos corpos e nas mentes no correr dos encontros são determinados por causas exteriores.

Para Espinosa, somos ativos quando somos causa adequada de nossos afetos, quando se segue em nós ou fora de nós um efeito, um signo, uma ideia, isto é, um afeto, o qual somos causa completa. Somos passivos, ao contrário, quando somos senão causa parcial dos nossos afetos, quando se segue em nós ou for a de nós um efeito no qual não somos causa senão parcial, o que significa dizer que somos agidos pelas causas exteriores a nós. É essa a condição da servidão. O indivíduo deseja a servidão se sob o poder de causas exteriores. A potência de agir do indivíduo, o grau de potência, o *conatus*, sua capacidade de afetar e de ser afetado, está sob o poder de causas externas, de corpos exteriores. Um ser servil é impotente, visto que a sua capacidade de entender a ordem e a conexão dos afetos, das imagens e dos signos dos encontros está diminuída, limita.

A privação do conhecimento adequado da semiose da imaginação inverte a relação de causalidade da natureza, já que, para Espinosa, o entendimento adequado de um “efeito depende do conhecimento da causa e envolve este último” (Espinosa, 2009, p. 14). Entender é percorrer a gênese do efeito dos encontros, percorrer a gênese dos signos, das imagens, dos afetos gerados nos encontros que os corpos fazem entre si. Entendendo a gênese e a mecânica dos afetos é possível refrear e regular a proliferação da experiência do falso. Se a imaginação é, por um lado, uma potência da natureza da mente, que é capaz de ordenar e conectar as imagens dos signos produzidos nos encontros dos corpos, presentificando em ato os encontros que fazemos e indicando a variação que esses encontros geram; por outro, esse conhecimento passivo, a confusão entre premissa e consequência, a mistura da causa com efeito, gera um tipo de preconceito que Espinosa considera o pior e causa de todos os outros: o princípio da finalidade.

Na imaginação, recolhemos os efeitos dos encontros e ignoramos suas causas. Quando isso ocorre fica-se com a impressão de que todo o encontro tem uma finalidade particular, inconfessada, e o indivíduo passa a julgar as inclinações alheias pelas suas próprias. No primeiro gênero do conhecimento, nesse modo de vida, o indivíduo passa a se satisfazer com a ideia de que as coisas são explicadas pela sua finalidade, e não por uma rede de causalidades necessárias, isto é, da necessidade dos encontros que fazemos. Já que todo efeito tem uma finalidade, julgamos que cada coisa singular tem a liberdade para agir como bem entender. O livre-arbítrio é o fundamento desse juízo, donde deriva nossa suposição de que considerando que nosso agir é independente de qualquer constrangimento além de nossa própria consciência e liberdade de agir temos o pressuposto de escolher ou não realizar tal gesto. Essa lógica dá

sustento aos critérios de juízo transcendentais de bem e de mal, de belo e de feio, de perfeito e de imperfeito. O equívoco dessa lógica não é exatamente o julgamento em si, mas o ato de avaliar os encontros como se esses atributos constituíssem a natureza intrínseca dos corpos em afetação.

Como a ontologia de Espinosa afirma que tudo deriva da natureza absolutamente infinita, de Deus, é absurdo conceber a natureza intrínseca de uma coisa singular como imperfeita, feia, má. Mas privados do conhecimento da semiose imaginativa e da natureza dos afetos, tende-se a confundir as causas das coisas, e tomar o efeito do encontro, com sua causa intrínseca. Concluímos que, por não sabermos a real causa dos afetos que temos, os afetos são causados pelos corpos exteriores intencionalmente, segundo um fim específico. Já que não somos causa adequada dos afetos, julgamos a causa dos nossos afetos pela intenção alheia. Dou um exemplo, imagine alguém andando inadvertidamente com pressa pela rua levando sua filha ao colégio, ambos alheios aos corpos que transitam em seu entorno, quando pai e filha são surpreendidos por um cão, um pitbull, sem coleira, que tenta morder a criança. Passado o pânico, e sem grandes danos, se imaginará que o pitbull mordeu a criança intencionalmente, de propósito, porque é um cão mau. Se imaginará que ele atacou a criança porque ele é naturalmente mau, porque a maldade faz parte de sua natureza intrínseca, e, no limite, se chegará a pensar que o correto a se fazer é excluir o cão, e talvez, o dono do cão, do convívio social. O correto seria entender, e esse é o desafio ético que Espinosa propõe, que isso não passa de uma imaginação, é uma experiência do falso. É da natureza do cão, ou seja, é intrínseco à capacidade do cão de afetar e ser afetado, morder. O difícil é entender os fatores, os elementos, que constituem a causa da mordida. Dizer que ele mordeu porque é mau é confundir efeito com causa, é imaginar, é ter uma ideia inadequada, típica do primeiro gênero do conhecimento. Mas a espiral de ideias inadequadas que se segue de um mau encontro pode levar à confecção de práticas e instituições políticas que excluem determinadas espécies de cão do convívio social.

Voltemos ao exemplo de Espinosa. Imaginamos que pelo fato de Paulo ter sido afetado por tristeza em seu encontro com Pedro, a Pedro quis intencionalmente entristecer Paulo. Por conseguinte, Paulo odiará Pedro (o ódio é, segundo Espinosa, a tristeza acompanhada da ideia-afecção do objeto da tristeza) pois o julgará de acordo com a premissa de que era de sua escolha entristecê-lo ou não, pois toda ação tem por detrás um fim determinado. De uma primeira ideia inadequada, de uma imaginação, uma série em regressão infinita de ideias confusas e

inadequadas se instala, conduzindo, no limite, como a experiência cotidiana no Brasil facilmente atesta (feminicídio, genocídio do povo negro, homofobia etc.), a ideia da extinção do outro, posto que ele é causa da tristeza, justificado pelo princípio da finalidade. Isso ocorre porque, sustenta Espinosa (proposição 28, Parte 3), naturalmente “esforçamo-nos por fazer com que se realize tudo que imaginamos levar à alegria”; mas também, continua, “esforçamo-nos, por outro lado, por afastar ou destruir tudo aquilo que a isso se opõe, ou seja, tudo aquilo que imaginamos levar à tristeza”.

Por imaginar ... Para Espinosa, insisto, essa mecânica dos afetos é natural, parte constituinte da multiplicidade dos encontros dos modos singulares da natureza. Portanto, trata-se menos de julgá-la do que de entendê-la em sua gênese e em sua repetição. Por permanecermos privados do conhecimento da semiose imaginativa, se é levado a crer naturalmente que os corpos exteriores têm a intenção, o desejo consciente, de nos afetar de tristeza, de diminuir nossa capacidade de afetar e de ser afetado, de limitar nossa potência de agir. De sorte que da tristeza passa-se ao ódio, ao medo, ao desespero, em uma espiral sem fim de imagens e ideias inadequadas. Esse ponto é essencial. Dissemos acima que os afetos são substrato do campo político. O campo político decorrente do ódio, do medo, do desespero faz com que se deseje um comum institucional – um estado de corpos, um Estado – que afaste e destrua as causas do mal-estar. É-se levado a crer que é preciso transferir para um ser transcendente, profetas, governantes, mitos, *influencers*, a resolução de eventuais maus encontros. Esse é o risco de estruturar as instituições de poder fundamentadas no primeiro gênero de conhecimento, na imaginação como fonte do poder político.

6. Conclusão

Dada as mutações do arranjo político-institucional que se desenhavam no capitalismo mundial integrado contemporâneo e na sua governamentalidade neoliberal correlata, acompanha uma transformação no contrato comunicacional até então vigente, que conservava na Imprensa a função de mediar as verdades dos fatos e acontecimentos sociais e na ciência, no Estado e no mercado o lugar autorizado de legitimação dos discursos com efeitos de verdade, como muito bem apontam Roque e Bruno (2018). No que tange a esfera da comunicação social, onde a Imprensa era o principal dispositivo ordenador dos discursos, essa mutação passa pelo advento da *fake news*. Com uma velocidade impressionante, a *fake news* ganha o cerne do processo comunicacional em quase todas as principais nações do planeta.

Procurei argumentar que é necessário interpretá-la, para além de análises econômicas, sociológicas, psicológicas e de ciência política, pelo dispositivo conceitual da semiótica, em específico da semiótica dos afetos intuída por Espinosa, e seus comentadores (Deleuze, Da Costa, Vinciguerra, Stern). A semiótica dos afetos contribui para entendermos como a experiência do falso é naturalmente possível e imanente a todo encontro de corpos, a toda relação social estabelecida, pelo simples fato de que o que define toda coisa singular viva é sua capacidade de afetar e ser afetada. Existem muitas maneiras de conhecer os encontros que fazemos e seus efeitos. O primeiro deles é a imaginação. É esse modo de conhecimento, a imaginação, que fundamenta o campo político, e os afetos são o substrato desse conhecimento. Trata-se, então, de entender a gênese e lógica dos afetos para refrear e limitar a proliferação das ideias inadequadas, e favorecer e ampliar a circulação de ideias adequadas, do segundo gênero do conhecimento. Não tive espaço para desenvolver essa passagem do primeiro ao segundo gênero de conhecimento, concentrando-me, todavia, particularmente, em como a semiose imaginativa, em sendo uma potência da natureza da mente, gera tanto a potência de presentificarmos os afetos que temos e de indicar o estado consequente dos corpos mutuamente afetados quanto de misturar as causas desses afetos com os seus efeitos. O que é, para Espinosa, a origem da servidão e da impotência.

Esse tipo de leitura contribui para um entendimento da *fake news* sem recorrer a exames descuidadamente preconceituosos e moralizantes que, de alguma forma, retornam a teses empoeiradas de manipulação das massas. Se manipulação há, é preciso que se explique como esse processo ocorre dentro do circuito dos afetos que corporificam a sociedade atual, senão corre-se o risco de culpar a maior parte da população, e no Brasil, essas pessoas têm gênero, classe e raça bem delimitadas, por decisões políticas que são tomadas em outras instâncias e esferas do poder. De todo modo, a análise que aqui se apresenta, ainda a ser complementada e estendida, tenta formular o problema colocado por essa nova tecnologia de comunicação e intervenção social em termos semióticos, adensando assim a bibliografia nacional disponível para o entendimento do fenômeno.

Seja como for, parece-me incontornável ligar parte da capacidade da *fake news* de produzir efeitos de verdade com o funcionamento natural da semiose da imaginação, sem desconsiderar toda a infraestrutura técnica e algorítmica que torna essa circulação possível. A conclusão que podemos tirar é a seguinte: se uma imagem-afecção se universaliza como verdade, por exemplo, uma mamadeira de piroca, kit gay, Ursal, a influência da CIA na maior

revolta popular da história do país, ou ainda, que a terra é plana, não se trata de dizer que as pessoas estão sendo enganadas e manipuladas, mas, antes, que o modo com que os encontros e as relações sociais estão estabelecidas, o modo como os corpos se afetam e são afetados, está gerando essa imagem-afecção. Safatle (2015) afirma que uma sociedade não é definida por normas, leis, ou contratos firmados por sujeitos de direito, mas o resultado do circuito dos afetos. Se o processo de subjetivação de um corpo social gera ideias-afecções segundo as quais torna-se possível enunciar que uma mamadeira de piroca é da ordem da verdade, o problema, de acordo com a semiótica dos afetos, não é cognitivo e, sim, que os circuitos dos afetos atuais, a capacidade que esses corpos têm de se afetar mutuamente, determina um tipo de regime imaginativo dentro do qual os indivíduos tomam como realidade a experiência do falso da imaginação.

Referências

- BRUNO, F; ROQUE, T. **Fenômeno da pós-verdade transforma os consensos já estabelecidos**. 2018. Disponível em: <https://outline.com/Bps7v8>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- BUCCI, E. Existe democracia sem verdade factual? São Paulo: Estação das cores e letras, 2019.
- CESARINO, L. Pós-verdade: uma explicação cibernética. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/41347109/P%C3%B3s-verdade_uma_explic%C3%A7%C3%A3o_cibern%C3%A9tica_a_ser_publicado_em_Ilha_-_Revista_de_Antropologia_da_UFSC_email_work_card=interaction_paper. Acesso em 13 fev. 2020.
- DA COSTA, R. **A noção de hábito em Espinosa e Peirce**. In: **Cognitio**, vol. 17, n. 2 (2016). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitiofilosofia/article/view/31232>. Acesso em: 13 fev. 2020.
- DA SILVA, Cléber L. **Comunicação imidiática**: para colocar de vez o problema comunicacional. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de São Carlos, 2005.
- DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, G. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.
- DUNKER, C. **Crítica e ideologia em tempos de verdade**. 2017. <https://blogdaboitempo.com.br/2017/05/17/critica-e-ideologia-em-tempos-de-pos-verdade/>
- EMPOLI, G. **Engenheiros do caos**: como as *fake news*, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. São Paulo: Vestígio, 2019.
- ESPINOSA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- ESPINOSA, B. **Tratado teológico-político**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- MARCONDES FILHO, C. **Hora de reescrever as teorias da comunicação**. In: **Questões transversais**, vol. 7, n. 14, 2019. Disponível: <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/issue/view/828>. Acesso em: 13 fev. 2019.
- ORTELLADO, P; MORETTO, M. **O que são e como lidar com as notícias falsas**: dos sites de notícias falas às mídias hiper-partidarizadas. 2018a. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2018/07/sur-27-portugues-marcio-moretto-ribeiro-pablo-ortellado.pdf>. Acesso em 23 fev. 2019.
- ORTELLADO, P; BENEVENUTO, F; TARDÁGUILA, C. **Fake News Is Poisoning Brazilian Politics: WhatsApp Can Stop It**. 2018b. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/10/17/opinion/brazil-election-fake-news-whatsapp.html>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- SAFATLE, V. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- SODRÉ, M. **As estratégias sensíveis**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- STERN, Ana L. **A imaginação no poder**. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2016.
- VINCIGUERRA, L. 2017. **Marca, imagem, signo**: uma abordagem de semiótica de Espinosa. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/30815>. Acesso em: 20 set. 2017.